



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

SECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Informação nº 56/2021/SLC

Curitiba, 4 de novembro de 2021.

Assunto: análise de impugnação ao edital do pregão eletrônico nº 53/2020.

1. Cuida-se, nesta oportunidade, da análise da impugnação apresentada pelo Sr. Carlos José Tavares aos termos do edital do pregão eletrônico nº 53/2021 (VETOR 255508), destinado à aquisição de notebooks.
2. A teor do contido no Decreto 10.024/19 ressalta-se que a peça impugnatória é intempestiva, pois a mesma foi apresentada por e-mail em 30/10/2021 e não foram dias úteis para o Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região os dias 01/11/2021 e 02/11/2021, mas, considerando que o dia 01/11 é um feriado do Poder Judiciário Federal, nos termos da Lei 5.010/66, artigo 62, inciso IV, e ainda as alegações de que o edital do certame *poderia estar ferindo os princípios da isonomia, economicidade, competitividade, razoabilidade, proporcionalidade, legalidade, dentre outros*, resolveu-se analisar as alegações da impugnante.
3. O Sr. Carlos José alega que a exigência contida no Anexo III do Edital (Especificações Técnicas dos Equipamentos) de que a BIOS seja compatível com o padrão UEFI na categoria *Promoters* restringiria o caráter competitivo do certame ao limitar a participação no pregão a 3 empresas. O impugnante prossegue explicando as diferentes categorias de membros da UEFI e solicita que esta exigência seja removida do Edital.
4. **Nosso entendimento é que não há razões que justifiquem a alteração nos termos do edital neste momento.**
5. Diante dos argumentos da impugnante, de caráter estritamente técnico, foi solicitada manifestação da Secretaria de Tecnologia da Informação do TRT9:
“Inicialmente, cumpre salientar que os requisitos técnicos solicitados para os equipamentos buscam tratar de maneira isonômica os maiores fabricantes mundiais de computadores, objetivando que seja alcançado o maior retorno possível ao investimento realizado pelos órgãos interessados neste processo de licitação. Os requisitos especificados dos equipamentos justificam-se pela busca da garantia de qualidade dos



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

produtos a serem adquiridos, dado que serão utilizados por uma grande quantidade de usuários em todo o Estado.

Durante a elaboração do Termo de Referência deste processo licitatório, foram realizadas pesquisas aos padrões atuais de mercado para o objeto, por meio de acesso a catálogos, sites dos fabricantes, análise de processos semelhantes e às boas práticas do processo licitatório, objetivando garantir a seleção dos melhores produtos com a maior competitividade possível. Cabe ressaltar que os maiores fabricantes mundiais de computadores se encontram na categoria PROMOTERS da membership list do UEFI, de acordo com o link de acesso publicado no termo de referência, e atendem aos requisitos solicitados.

A especificação solicitada visa atender requisitos de qualidade e preservação dos recursos públicos investidos, visto que os produtos desenvolvidos pelas empresas enquadradas na categoria Promoters são nativa e garantidamente possuidores de características técnicas mais avançadas do mercado, e que tais empresas estabelecem as diretrizes de interoperabilidade no que diz respeito à aderência aos padrões UEFI. As demais categorias de filiação existentes, por outro lado, têm a opção (ou não) de utilizar os padrões estabelecidos por essa organização de desenvolvimento técnico. Assim, não se trata necessariamente de exigência relativa às empresas, mas sim de qualificação técnica dos equipamentos.

Resumidamente, as empresas enquadradas na categoria Promoters desenvolvem a BIOS UEFI e mantém durante todo ciclo de vida útil do equipamento o mesmo padrão, enquanto as demais empresas realizam a fabricação e utilização dos seus recursos de forma facultativa, e aleatória, realizando atualizações de acordo com as disponibilidades do mercado, muitas vezes de maneira reativa e tardia, o que pode interferir, inclusive, na segurança dos equipamentos.

Além do mais, se considerarmos o rol de fabricantes inseridos nesta categoria, acrescidos de seus parceiros credenciados (canais de vendas), verifica-se um número expressivo de possíveis participantes na licitação, não havendo, portanto, restrição à competitividade. Ou seja, não será a fabricante diretamente que participará das licitações, mas sim os seus revendedores. Assim, o rol de licitantes aumenta consideravelmente. Desta forma, verifica-se pela análise realizada, que não existe restrição à competitividade e tampouco benefício para algum fabricante, conforme



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

tentou apontar a impugnação, mas sim a busca por uma boa compra pela Administração.

Importante frisar que a exigência de certificações não é vedada pelos órgãos de controle, como pode ser visto no acórdão 1.225/2014 do Tribunal de Contas da União – TCU, Plenário:

“A Administração Pública deve procurar produtos e serviços com a devida qualidade e que atendam adequadamente às suas necessidades. É preciso mudar o paradigma, que infelizmente ainda predomina no campo das aquisições públicas, de busca pelo ‘menor preço a qualquer custo’. Esse paradigma tem levado, muitas vezes, a Administração a contratar obras, bens e serviços de baixa qualidade, que não atendem a contento às necessidades e que afetam o nível dos serviços públicos prestados. E, muitas vezes, sequer aparente economia de recursos que se vislumbrava conseguir efetivamente se concretiza em médio e longo prazos, uma vez que esse tipo de contratação geralmente implica substituições em prazos mais curtos, maiores custos de manutenção etc.

Assim sendo, é evidente que a busca pela qualidade não significa descuidar da economicidade, ou desconsiderar a necessidade de ampliação da competitividade das licitações. Mas a obtenção de preços de aquisição mais baixos não pode ser atingida às custas de produtos de baixa qualidade ou de empresas sem condições de prestar serviços adequados. Licitar implica, necessariamente, fazer restrições, pois quando se definem as características do produto/serviço que se deseja, afasta-se a possibilidade das empresas que não detêm produtos ou serviços com aquelas características de fornecerem para a Administração. O que não se admite, e assim prevê o art. 3º, §1º, inciso I, da Lei 8.666/93 é o estabelecimento de condições que restrinjam o caráter competitivo das licitações em razão de circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato.”

Logo, considera-se a proposta mais vantajosa para a administração aquela que contempla produto ou serviço de boa qualidade. Para que se obtenha a proposta mais vantajosa é necessária a especificação do produto ou serviço adequada às reais necessidades da Administração e à formulação de exigências de qualificação técnica e econômico-financeira que não restrinjam a competição e propiciem a obtenção de preços compatíveis com os de mercado, mas que afastem empresas que não reúnem



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

as condições mínimas necessárias à prestação dos serviços. A ideia aqui é garantir a estabilidade e confiabilidade dos equipamentos internos das máquinas a serem adquiridas.

Visto que está sendo solicitada garantia de 60 meses (5 anos), e em média os computadores deste Regional podem ser utilizados por 6 a 8 anos, quando não por mais tempo, tal requisito se traduz em máquinas que irão durar mais tempo, com mais confiabilidade (sem trancar, sem reiniciar, sem ter incompatibilidade de drivers) e com um menor número de chamados para acionar a garantia devido a problemas em componentes internos.

Estando as exigências devidamente justificadas, esta Secretaria manifesta-se contrário ao referido pedido, de forma que se mantenha inalterado o Edital neste quesito.

Secretaria de Tecnologia da Informação”

6. A manifestação da STI deixa claro que a exigência é necessária para garantir a qualidade dos equipamentos a serem adquiridos. Conforme ensina Marçal Justen Filho: *“a maior vantagem se caracteriza quando a Administração assume o dever de realizar a prestação menos onerosa e o particular obriga-se a realizar a melhor e mais completa prestação”*¹.
7. Além disso, o requisito contestado se refere única e exclusivamente ao componente BIOS do computador, viabilizando a oferta de equipamentos de qualquer marca ou fabricante, desde que equipados com BIOS de algum dos fabricantes que sejam *Promoters*, e desde que sejam observados os demais requisitos técnicos do Termo de Referência e anexos do Edital.

Conclusão

8. Diante da manifestação da STI, conclui-se que a especificação técnica atacada pela impugnante é necessária para garantir a qualidade dos equipamentos e não restringe a participação no certame ao ponto de frustrar seu caráter competitivo ou a seleção da proposta mais vantajosa.
9. Desta forma, não há motivos que justifiquem a alteração dos termos do edital.

¹ FILHO, Marçal Justen. *Comentários à [Lei de Licitações](#) e Contratos Administrativos*. 14.ª ed. São Paulo: Dialética. 2010, p. 66.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

Alexandro Furquim

Pregoeiro

De acordo.

Maria Helena Franco Martins

Diretora da Secretaria de Licitações e Contratos